



ATA 06/2020

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Cine Teatro da Nazaré e em simultâneo através de videoconferência, por força das atuais contingências do surto pandémico coronavírus COVID-19, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Luísa Maria Ricardo Alves, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, João Pedro Azevedo Pessa, António Lopes Ferreira dos Santos - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Edmundo José Couto Barbosa, Belmiro José Eusébio da Fonte, Zélia Maria Pereira da Costa Piseiro, Vítor Manuel Pereira Parreira - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado, Vasco Frederico Pires de Sousa - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; Rui Manuel Amaro Marques, João António Portugal Formiga e José Rei Filipe Ramalho, Presidentes das Juntas de Freguesia de Valado dos Frades, Nazaré e Famalicão, respetivamente. -----

Solicitaram a substituição, os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda e António Pereira Nunes, do Partido Social Democrata. -----

Solicitaram a suspensão, os Senhores Maria da Ascensão Quinzico Codinha - nove dias; Carlos Filipe Mafra de Sousa – trinta dias, todos do Partido Socialista.-----

Assim, estiveram presentes no Cine-Teatro da Nazaré: José António Ramalhal Lopes, Valter José Lameiro Soares, José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, Vítor Manuel Pereira Parreira, João Paulo Quinzico Delgado,

Telma de Jesus Laborinho Ferreira, Rui Manuel Amaro Marques, João António Portugal Formiga e José Rei Filipe Ramalho. -----

Em sistema de videoconferência fizeram parte: Maria Celeste Ferreira Cardador, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, António Lopes Ferreira dos Santos, Joaquim Ascensão Pequicho, Belmiro José Eusébio da Fonte, Zélia Maria Pereira da Costa Piseiro, Vasco Frederico Pires de Sousa, Edmundo José Couto Barbosa e Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, João Pedro Azevedo Pessa, Luísa Maria Ricardo Alves, Ricardo António Mafra Germano Esgaio. -----

Estiveram igualmente presentes, no Cine Teatro, o Senhor Presidente da Câmara, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Vereadores Manuel António Águeda Sequeira, e em sistema de videoconferência, os Senhores Vereadores Alberto Madaíl da Silva Belo, António Gordinho Trindade, Regina Piedade de Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues e Salvador Portugal Formiga. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na indicada sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

O Senhor João Paulo Delgado desejou a todos uma boa saúde a todos e questionou se foi recebida na Assembleia correspondência da Secretaria de Estado das Pescas, relativa a documentos aprovados e enviados pela Assembleia, ao que foi informado pela negativa. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO



VOTO DE SAUDAÇÃO – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – BLOCO DE ESQUERDA

A Senhora Telma Ferreira, apresentou o seguinte voto de saudação: -----

“A 25 de novembro o mundo assinala a luta pela eliminação da violência contra as mulheres.

É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género. -----

A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos feminicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda. -----

Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de feminicídios. Há agora mais 21 crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres. -----

Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade. -----

São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes, trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade. -----

Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa,

concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 11 de dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: -----

Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro e o trabalho de todos e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.” –

O Senhor Joaquim Pequicho disse nada ter a opor contra esta saudação, dizendo haver uma constante de violência, não só contra as mulheres, mas contra todos os desfavorecidos – homens, mulheres e crianças, sendo importante sensibilizar que o que existe, são as vítimas de violência contra os mais vulneráveis.-----

Aprovado, por unanimidade. -----

Seguidamente, solicitou a palavra o Senhor João Paulo Delgado, que apresentou a seguinte declaração:-----

“Muito boa noite a todos os presentes. -----

Desejar que se encontrem de boa saúde, desejo que é extensível às vossas famílias. -----

Tal como prevíamos, os efeitos da crise de saúde pública que vivemos abate-se agora com grande violência especialmente em países e territórios altamente dependentes do turismo. A primeira vaga, em Portugal, foi atenuada por chegar com o início da Primavera e, do ponto de vista económico e social, as coisas não foram mais graves porque a chegada do Verão foi um balão de oxigénio que rapidamente se esgotou. -----

Infindáveis vezes alertámos aqui para o perigo de direccionar quase tudo em termos de políticas públicas nacionais e locais, para o sector do turismo. Não, não adivinhávamos que isto fosse tão



grave e não, não sabíamos que o motivo seria um surto pandémico de grande escala. As alterações à procura no sector do turismo expectavelmente seriam por outras razões, designadamente por via da reorganização de territórios em instabilidade interna na bacia do mediterrâneo.-----

Perante o que temos, e à boleia do COVID19, tudo se desculpa e tudo se prepara no sentido da redução de direitos dos trabalhadores, de limitações às liberdades individuais e colectivas, tudo serve para limitar a democracia.-----

A gestão política do medo tem dado os seus resultados. Tem acantonado as pessoas, isolando-as, atomizando-as, fazendo com que abdicuem docilmente dos seus direitos políticos, sociais, culturais, dos seus direitos laborais.-----

No entanto, os responsáveis máximos do município da Nazaré anteciparam em muito as lógicas de actuação que hoje, a pretexto do surto, se querem generalizar. Como é público, mas não muito, porque para informar a população dos gravosos actos do presidente já o Facebook do município não serve, sendo apenas um difusor de propaganda que visa projectar os feitos de um executivo e, mais ainda, para promover um culto de personalidade sem paralelo na gestão autárquica deste concelho.-----

Importa, portanto, aqui divulgar, que há poucos dias o Sr. Presidente da CMN foi condenado por desobedecer a uma decisão judicial que determinava o pagamento dos vencimentos a um trabalhador e dirigente sindical na CMN, que, por sua intervenção e despacho, ordenou que o trabalhador ficasse impedido de exercer os seus direitos enquanto trabalhador e as suas funções de dirigente sindical! Um crime, que se materializou numa sentença que determinava 1 ano de prisão efectiva, mas que, no entanto, por não haver antecedentes, esta foi reduzida a 5 meses de prisão, remível ao pagamento de alguns milhares de euros... tememos agora o desfecho de outros processos de desobediência ainda em curso na justiça!-----

Atropelos a direitos fundamentais que conseguem denegrir e manchar o nome da Nazaré, algo a que o PS já nos habituou no exercício da governação autárquica no município da Nazaré. -----

O PS na governação deste município deixou de ter condições políticas para governar, não só pelos seus actos à margem da lei, mas pelo seu fechamento numa "torre de marfim" em que se transformou a CMN, distanciando-se dos problemas reais das pessoas, dos trabalhadores, dos sectores em maiores dificuldades neste momento. As suas juras de amor à economia de pequena escala caem por terra pela sua incapacidade de ouvir, de estabelecer pontes, de gerar consensos, que seriam fundamentais para a resolução dos problemas das micro, pequenas e médias empresas do concelho nesta fase crítica. -----

Basta para isto dizer que os deputados do parlamento europeu do PCP, designadamente o João Ferreira, visitaram mais vezes as estruturas de representação do tecido empresarial local do que o próprio chefe do executivo. -----

Há falta de respostas, de coerência, há falta de lideranças que saibam gerir momentos difíceis para a comunidade, exige-se uma enorme mudança de políticas e não só de políticos no plano local!"-----

RECOMENDAÇÃO PELA RÁPIDA ABERTURA DO NOVO CENTRO DE SAÚDE E PELA PROTEÇÃO DOS UTENTES NAS INSTALAÇÕES ACTUAIS - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte recomendação: -----

"Poderíamos apresentar aqui mais uma moção a exigir a rápida abertura do novo Centro de Saúde da Nazaré, não o fazemos! -----

Depois de mais de 20 moções apresentadas pela CDU e aprovadas em Assembleias Municipais ao longo de mais de 10 anos, entendemos que hoje as responsabilidades pelos atrasos estão mais do que conhecidas e não se reportam exclusivamente ao Governo Nacional. -----



Se analisarmos os mandatos dos executivos PS e as informações colocadas nos documentos previsionais em cada ano, a abertura será sempre para esse ano ou para os próximos meses. Mais uma vez isso acontece hoje. -----

Andamos assim a ser enganados desde a data em que diziam que seria inaugurado, ou seja: em finais de 2017. -----

Agora que se passaram mais de 3 anos e se promete mais uma data de abertura para o primeiro trimestre de 2021, temos que pensar que os utentes não podem continuar a esperar à chuva e ao frio de mais um Inverno pela sua vez para consulta ou outro serviço. -----

Por tudo o exposto, a CDU recomenda ao executivo o seguinte: -----

a) - Que até à abertura oficial do novo Centro de Saúde, seja promovida a instalação de coberturas amovíveis ou outras, nas entradas da Unidade de Saúde Familiar (USF) que não as tem, de modo a proteger das intempéries invernosas os utentes daquela USF que esperam a sua vez na rua; -----

b) — Que a situação de pandemia não condicione, nem sirva de desculpa, à execução urgente de tais coberturas, dado que elas podem ser colocadas de rua a rua na transversal para o terreiro, mantendo-se o distanciamento social dos utentes no mesmo espaço actualmente usado; -----

c) — Que se tenha já em conta a possível afluência àquela USF em virtude da vacinação contra a COVID19, programada para Janeiro, promovendo-se a instalação de tal protecção no mais breve espaço de tempo possível. -----

d) — Que se ausculte também sobre as condições de atendimento na antiga USF Nazareth e se promova a reivindicação de mais médicos e outros profissionais para aquela unidade de saúde que se encontra neste momento com carências de profissionais. -----

e) — *Que se reconheça e louve o esforço colectivo de todos os profissionais de saúde e outros em serviço desta, nas unidades de saúde locais, pela dedicação e profissionalismo demonstrado no serviço à população que servem, durante estes tempos conturbados pela pandemia. -----*

Esta recomendação deve ser enviada à Câmara Municipal para análise e produção de efeitos, se assim for entendido, e aos profissionais de saúde e outros em trabalho nas unidades de saúde locais.” -----

O Senhor Presidente da Câmara deu nota do papel desenvolvido pela Câmara Municipal ao longo de cerca de quarenta anos. Os atrasos que têm havido devem-se à ARSLVT, estando o edifício totalmente acabado no seu interior, havendo a intenção de o colocar em funcionamento antes do final do ano. -----

O Senhor João Paulo Delgado disse que o que se pretende, é colocar rapidamente o edifício em funcionamento.-----

Aprovada com onze votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e Senhores José Ramalhal e Maria Celeste Cardador e treze abstenções do Partido Socialista. -----

A Senhora Maria de Fátima Duarte solicitou a palavra, para pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, se existem planos de emergência em todas as escolas do concelho; como se irá iniciar o plano de vacinação da população anunciado pelo Governo, se já existe informação do governo central; questionou ainda se há algum plano estratégico para a recuperação das micro empresas do concelho da Nazaré.-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou, em nome do Partido Socialista a seguinte declaração:----

“2020 será, sem dúvida, um ano que ficará na história do mundo pela difícil e árdua luta contra a COVID-19. São evidentes as consequências vindas da atual pandemia com a fragilização de setores fundamentais do nosso desenvolvimento. Neste combate a um inimigo invisível todos, sem exceção, fomos atacados e coube, igualmente a todos, dar uma resposta assertiva e eficiente.



Vemos, nesta fase, o número de infetados no concelho a registar uma tendência decrescente devendo, por isso, enaltecer os nossos munícipes que, cada vez mais, adotam comportamentos seguros e responsáveis. Em igual sentido, e atendendo à real problemática, também o Município tem contribuindo, sob diversas formas, para mitigar a propagação do vírus. Tome-se como exemplo, para além dos apoios económicos e medidas de sensibilização, a disponibilização de equipas composta por técnicos especializados do município para dar resposta a um conjunto de necessidades sociais ou até a recente ativação do Posto de Comando Municipal de Operações de Proteção Civil da Nazaré que permite monitorizar, próximo da comunidade, a evolução do vírus no nosso concelho, em parceria com as demais autoridades competentes. Assim, e tal como no início da pandemia, o executivo socialista tem noção da dura realidade vivida e coloca em prol da comunidade um conjunto de garantias para que, juntos, possamos efetivar uma resposta a este flagelo mundial. -----

É certo que a COVID-19 veio trazer muita incerteza e indefinição em vários setores do nosso quotidiano porém não podem parar! Neste sentido, e através da resiliência de um conjunto de agentes institucionais, levou-se a cabo a realização do Jazz Valado dos Frades, evento cultural já enraizado no nosso panorama que, ainda que em tempos difíceis, foi de enorme êxito e de grande alcance provando que a Cultura, tal como outras áreas, não podem parar sendo determinantes de enriquecimento pessoal do Ser Humano devendo, por isso, ser preservada e difundida. -----

Desde a entrada, em 2013, em funções do Partido Socialista na Câmara Municipal que foram vários os problemas encontrados. Ao longo do tempo, e de forma gradual, tem sido prioridade dos executivos liderados por Walter Chicharro solucionar um conjunto de lacunas registadas no nosso concelho. Uma dessas lacunas era, e ainda que não fosse responsabilidade do Município, as intervenções no Rio Alcoa que constantemente originavam o assoreamento da zona da foz do rio que provocava inundações a montante e um conjunto de prejuízos em terrenos agrícolas.

Neste sentido, vemos, finalmente, e após um acompanhamento muito próximo do Município junto da Agência Portuguesa do Ambiente, a realização da empreitada de reestruturação dos esporões do Rio Alcoa – Nazaré. A execução desta reabilitação, que é estrutural, é manter a linha de costa estabilizada, evitar a meandrização do rio, estabilizar toda a costa e, por fim, diminuir o assoreamento da barra junto aos molhes e as suas consequências para os terrenos agrícolas. São visíveis as várias ações a desenvolver ao longo da foz e que visam, entre outros, a proteção costeira e, conseqüente, a preservação do nosso ambiente! -----

Capacitar e reforçar os serviços camarários foi, é e, certamente, continuará a ser um exemplo de sucesso das políticas locais implementadas pelo PS. Nos dias de hoje, vemos uma capacidade indiscutível na ação dos serviços. O Município dispõe, atualmente, de um conjunto de meios e operacionais capazes de dar resposta às necessidades da nossa população e, para além disso, fazer pelas suas mãos obras estruturais que, antigamente, eram concedidas, automaticamente, a privados. Salientamos a recente intervenção, ainda em curso, na rede de água e saneamento da Avenida Vieira Guimarães à qual junta-se a renovação das Águas Belas e a renovação da rede em Famalicão. Ou seja, um conjunto de obras realizadas sob forma direta pelos serviços camarários que corroboram o investimento assertivo que tem vindo a ser feito pelo executivo e deixa, de forma clara, a qualidade de todos os seus intervenientes. -----

Hoje, temos na nossa sessão a discussão e votação de um dos documentos mais importantes do nosso Município. É através dos documentos previsionais aqui apresentados que se prepara um conjunto de ações a realizar e, com isto, cumpre-se o fio condutor dos desígnios do PS na Nazaré. Não esquecemos o passado, mas estamos cá para resolver o presente e projetar o futuro. Neste sentido, os eleitos do Partido Socialista consideram, desde sempre, que um dos passos fundamentais para a resolução do desequilíbrio financeiro herdado, tal como a avultada dívida, só poderia ser concretizada através de uma reestruturação da dívida municipal, com a contenção na despesa e otimização de receita. O PS comprometeu-se a encontrar a solução que resolvia, na



íntegra, o problema financeiro do Município e cumpriu! Ainda que sozinhos aprovámos, aqui, em 2018, o caminho que teríamos de trilhar para assegurar a sustentabilidade financeira da Câmara, juntamente com o FAM. O uso do referido Fundo obriga ao cumprimento exigente de um conjunto de premissas que levam, no longo prazo, à resolução da dívida encontrada. Neste sentido, e atendendo às dificuldades vividas atualmente, o executivo liderado por Walter Chicharro solicitou, junto da Comissão Executiva do FAM, a redução da maioria dos impostos para apoiar, neste momento difícil, a vida de todos os munícipes. Infelizmente, não foi possível acatar o pedido do executivo socialista! Porém, entende a bancada do PS, que se de salientar o esforço feito por parte do Executivo que, apesar de não conseguir a sua diminuição, não aplicará a cobrança das taxas no seu máximo como é possível verificar-se no caso do IMI, através da exceções determinadas por lei. -----

Infelizmente, a dívida não foi o único problema encontrado. A falta de infraestruturas capazes de projetar o concelho era uma realidade gritante. Porém, e através da gestão do PS, vemos uma terra com uma nova cara e com uma nova visão de futuro! A execução de planos de desenvolvimento, como o PEDU, provara que a gestão acertada de fundos comunitários viabilizou uma Nazaré reabilitada nas vertentes urbanas. Aliado a isso, vemos obras estruturantes do nosso concelho concluídas, pagas e a chegarem, efetivamente, à vida das pessoas como é o exemplo dos vários Centros Escolares e a Área de Localização Empresarial de Valado dos Frades. Porém, é fundamental enaltecer, e por muito que doa a outras forças políticas, uma das obras que, estou certo, marcará o nosso concelho após 20 anos de espera: o novo Centro de Saúde da Nazaré. Acreditamos que no primeiro trimestre de 2021 teremos a unidade de saúde local a operar na sua plenitude e ter, assim, uma efetiva melhoria nas condições de vida dos nossos habitantes. -----

Mais uma vez, é o Partido Socialista que dá a todo o concelho mecanismos de desenvolvimento e superação! -----

Mais uma vez, o Partido Socialista mostra que a confiança dada pelas pessoas nos últimos atos eleitorais foi merecedora e que é esta equipa, a única que deu, dá e continuará a dar boas notícias ao povo nazareno porque, tal como em 2017 afirmámos, hoje reforço: Prometemos, cumprimos! -----

Viva o concelho Nazaré!” -----

RECOMENDAÇÃO – REFORÇO DO FINANCIAMENTO PRESTADO PELA AUTARQUIA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA NAZARÉ – BLOCO DE ESQUERDA

Solicitaram o seu impedimento os Senhores Milton Estrelinha e José Sales, não participando.----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a recomendação que se transcreve: -----

“As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e os seus corpos de intervenção prestam um serviço público essencial de defesa da população, são na maioria dos municípios o primeiro agente de proteção e socorro a nível local. -----

Com o avançar do processo de alterações climáticas esperam-se eventos extremos cada vez mais severos e frequentes, o que representa um desafio crescente para as diversas forças de proteção civil. -----

A terrível realidade dos incêndios Florestais em 2017, confirmou as muitas fragilidades do sistema de proteção civil local e nacional, nomeadamente ao nível da qualificação dos agentes e na manutenção e renovação de equipamentos. -----

Também ao nível dos quadros de pessoal as insuficiências foram muitas, pois as Equipas de Intervenção Permanente cobrem apenas oito horas diárias de trabalho entre 2ª e 6ª feira. -----

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reuniu-se recentemente com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Nazaré, organização que perdeu um carro de combate



numa intervenção no incêndio florestal de Pedrógão Grande em 2017. O Governo prometeu a esta associação a verba necessária para a compra de um novo equipamento, mas tudo não passou de meras intenções, pois até hoje ainda não foi reposto o devido equipamento e a sua capacidade de intervenção. -----

Os seus dirigentes e profissionais queixam-se que há cinco anos que não recebem equipamentos de proteção individual (EPI) para o combate a incêndios. -----

O Bloco de Esquerda questionou o ministro da Administração Interna a este respeito aquando do debate em especialidade do Orçamento do Estado de 2021 mas não foi facultada qualquer resposta. -----

O atual contexto de Pandemia veio realçar as dificuldades sentidas por estas organizações, que aumentaram a sua despesa com a aquisição de equipamentos de proteção e desinfeção e reduziram as receitas, com a diminuição de saídas de ambulância para os Hospitais. -----

São muitos os constrangimentos sentidos pelos Bombeiros Voluntários da Nazaré, os carros têm 30 anos, há grandes atrasos no pagamento dos hospitais à prestação de serviços destas corporações, que muitas vezes colocam os salários em risco e há falta de condições nas instalações, que já necessitavam de uma reconstrução. -----

Apesar dos apoios e da solidariedade da autarquia, das freguesias e da população, é absolutamente fundamental o reforço financeiro deste corpo de intervenção. -----

Não só o Governo tem a responsabilidade nacional no financiamento e no desenvolvimento de estratégias de ação e de formação dos seus agentes, como também é uma responsabilidade primária de cada autarquia zelar por ter um serviço de Proteção Civil com capacidade de proteger a sua população e o seu património. -----

O apoio mensal deste executivo à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Nazaré é

de 3.500 €, mas o ideal, segundo esta organização, é receber uma verba de 5.000 €, reforço que o executivo do Partido Socialista tinha acordado em fazer. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 11 de dezembro de 2020, delibera: -----

Aumentar a verba de apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Nazaré para 5.000 em janeiro do próximo ano de 2021.” -----

O Senhor Presidente da Câmara pretendeu clarificar, que é indicado no documento que fora prometida uma viatura e que têm necessidade imediata e que até hoje, os Bombeiros Voluntários da Nazaré não necessitam dessa viatura, mas sim de uma viatura para o Comando; sobre os 5000 euros já tinha acordado esse valor, sem data prévia de atribuição.-----

Aprovada por unanimidade. -----

Os Senhores Milton Estrelinha e José Sales retomaram os trabalhos. -----

PROPOSTA PELA MELHORIA DA QUALIDADE DE APRESENTAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte proposta: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: Tendo em conta os documentos que habitualmente são enviados em formato digital aos membros desta assembleia, em cumprimento de proposta da CDU deliberada e aprovada por unanimidade pelo plenário da AMN em 28 de Abril de 2011, vem agora a CDU complementar essa deliberação com uma nova proposta, tendo em vista a melhoria da qualidade de apresentação digital dos documentos a este órgão. -----

Assim, -----

No sentido de melhorar a sua leitura, análise e pesquisa, propõe-se que todos os documentos de texto, como propostas, regulamentos, pareceres, informações, e restantes apontamentos e documentos em uso pela Câmara Municipal e Serviços Municipalizados da Nazaré, sejam



gravados pelos serviços produtores e emissores de cada um deles, em formato Portable Document Format (PDF) pesquisável e aberto, por forma a manter a qualidade do original mesmo após as várias etapas do processo de envio aos vários serviços e aos eleitos locais. -----

As gravações de documentos nunca devem ser feitos em PDF formato imagem compacto, como actualmente acontece. -----

Que todos os restantes documentos, como mapas, plantas, projectos e outros onde se contenham fotografias, informações SIG ou outras de formato imagem, sejam gravados pelos serviços produtores e emissores, também na mesma forma PDF pesquisável e extraível em partes, sempre que tal seja viável e funcional. -----

Que, para futuro, os documentos recebidos pelos serviços que os enviam aos membros da AMN, não provoque alterações na forma original de gravação dos mesmos, de maneira a que isso impossibilite que os documentos que sejam enviados aos membros da AMN apareçam livres de condicionamentos à sua leitura, pesquisa e análise, ponto a ponto, de cada um dos mapas e gráficos que os compõem. Esta proposta, se aprovada, deve ser enviada à Câmara Municipal da Nazaré para cumprimento e necessária instrução aos serviços, solicitando-se a sua operacionalização a partir da próxima sessão da AMN.” -----

Aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta a questões anteriormente colocadas, informou que em reunião da OesteCim foi deliberado solicitar o reforço da vacinação junto do Governo, não tendo obtido ainda resposta. Disse que há varias medidas em execução para ajudar as empresas locais na sua recuperação.-----

Sobre a questão dos planos de emergência nas escolas, o Senhor Vereador Orlando Rodrigues informou que foram feitas várias avaliações sobre esta temática, verificando que no caso dos centros escolares, quando foram inaugurados em 2014, havia algumas obras que deveriam ter

ocorrido e não o foram, tendo ocorrido ao longo do tempo e das cerca de 80 ou 90 situações detetadas, estão por resolver cerca de 6 ou 7. A questão mais problemática é a da Escola Amadeu Gaudêncio, que já foi enviada ao Governo para obtenção de solução. Gostariam de fazer ações de prevenção, mas que até à data, face à pandemia, ainda não foi possível a sua realização.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte disse que apenas pretende saber se as pessoas que ali trabalham, têm conhecimento como hão-de agir em caso de ocorrência de acidentes graves, ao que o Senhor Vereador respondeu que houve a formação aos trabalhadores .-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Foi recebido um pedido de intervenção do Município Senhor António Caria dos Santos, documento que foi lido na íntegra, que abaixo se transcreve e que irá ser enviada aos respetivos serviços do Município: -----

“Muito boa noite. Espero-vos de boa saúde. -----

Dirijo-me por esta forma à Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) por não ser possível, mais uma vez, a minha habitual participação ao vivo. -----

Esta minha intervenção vem no seguimento da anteriormente feita em 25 de Setembro e remete para duas questões muito simples e que passo de imediato a apresentar para não vos ocupar muito tempo. -----

1 – Tendo em conta que foi feito um pedido directo e concreto ao executivo municipal e aos serviços municipalizados da Nazaré, para que fosse estudada a possibilidade legal de conformar a factura, na parte do Saneamento, de pagamento de apenas 90% do valor a pagar pelos 100% da produção efectuada em cada mês, firmando-se o meu pedido na resolução 01/2009 da IRAR (agora ERSAR), que indica ser essa a fórmula correcta de facturação, inclusive utilizada em muitos concelhos do país. Importa, pois, questionar, e ouvir a resposta de viva voz: foi este assunto tido em conta pelo executivo e pela administração dos SMN, tendo em vista a sua inclusão nas facturas já no início do ano 2021? -----



2 – Em caso de não terem ainda resolvido ou estudado esta matéria: estarão dispostos a aceitar discuti-la e promovê-la ou, pelo contrário, já a discutiram e não aceitam alterar a situação existente? -----

São estas as questões que coloco e que, ao contrário do que não fiz antes, peço agora que me seja enviada uma resposta sobre este assunto, através da Mesa da AMN, se assim o entenderem e for possível. -----

Termino, desejando bom trabalho a todos, nesta extensa sessão, aproveitando ainda para desejar umas Boas-festas e muita saúde para todos e respectivas famílias.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (apreciação)

O Senhor João Paulo Delgado, solicitou a palavra para se insurgir quanto ao elevado número de assuntos que vêm a esta reunião, criticando os atuais dirigentes, pois estes anteriormente criticavam, quando as ordens do dia eram extensas; alertou também ao modo como os documentos são redigidos, exemplificando com excertos da informação agora em apreciação, devendo adaptar-se os documentos às situações reais.-----

Seguidamente, colocou as seguintes questões:-----

“ACÇÃO SOCIAL:

Neste ponto em concreto, não aparece nenhuma informação referente a apoios extraordinários na área social derivados da pandemia de COVID19. Por isso questionamos: -----

1- É efectivamente por não ter havido pedidos de qualquer apoio?-----

2 - Ou a Câmara não prestou mesmo nenhum apoio que entenda dar a conhecer à AMN?

Gostaríamos de ouvir o que tem a dizer o executivo!-----

AMBIENTE:

Sobre as Notificações a Antigos Proprietários de Terrenos para limpeza de margens no Rio da Areia. -----

Ainda que não seja assunto informado neste relatório, vamos fazer esta intervenção na discussão deste ponto, referindo-nos a um processo a decorrer na Freguesia de Valado dos Frades e que opõe a APA, a CMN e alguns antigos proprietários de terrenos que confinam com o Rio da Areia. Foi emitida pela APA, em finais de Novembro, uma notificação às pessoas que constam ainda como proprietários dos terrenos que confinam com o referido Rio da Areia em Valado dos Frades, para estas procederem a limpeza das margens do Rio, avisando que caso não o fizessem incorriam em procedimento punido com contra-ordenação e multa.-----

Acontece que grande parte dos notificados já não é proprietária dos terrenos confinantes com o Rio, dado que foram expropriados deles pela Infra-estruturas de Portugal (IP) para a construção da auto-estrada A8. -----

Sendo assim, a IP deveria ter registado os terrenos como seus junto das finanças e, pelo que parece, não o fez. -----

Esta situação criada aos antigos donos dos terrenos confinantes, está bem de ver, não é a correcta por parte de uma entidade do Estado.-----

Sabemos que esta situação criada a pessoas simples e cumpridoras das suas obrigações, tem tornado os seus dias ainda mais preocupados. E, dizemos nós, com razão. Nesse sentido, e visto que a Câmara também emitiu notificações aos antigos proprietários, perguntamos:-----

1 - Uma vez que é notório no local que os terrenos que confinam com o Rio da Areia foram expropriados pela IP e se encontram em área anexa à A8, porque é que a Câmara não se inteirou devidamente da situação em lugar de oficiar antigos proprietários? (A APA ao pedir colaboração ao Município e Junta tencionava certamente ir para além da realidade documental e saber qual a situação no terreno) -----



- 2 - Está já a ser revista esta situação com os notificados? -----
- 3 - A Câmara já contactou a IP no sentido de esclarecer este assunto ou as dúvidas suscitadas?---
- 4 - A Câmara já contactou a APA a informar deste caso, com eventual pedido de prorrogação do prazo dado até ao esclarecimento?-----
- 5 - Como pretende a Câmara resolver este assunto junto dos notificados? Gostaríamos de ser esclarecidos.-----

ECONOMIA

Cabe sermos esclarecidos no seguinte: Saber se houve apoio da câmara, e que apoio, à empresária aqui referida, para a sua actividade económica vir destacada neste ponto como uma actividade municipal?-----

Registamos que não está em causa o prémio recebido pela pessoa em causa, que também valorizamos e felicitamos, mas sim o facto de constar num documento sobre a actividade municipal que, tal como o título indica, deve referir a actividade formal promovida pela estrutura municipal do concelho. -----

Por isso as nossas dúvidas... -----

CULTURA E PATRIMÓNIO

Em nosso entender, existe aqui um claro aproveitamento sobre a realização do Festival de Jazz de Valado dos Frades, é assim que se chama, para deixarem subentender que a organização é da responsabilidade da câmara quando nunca foi.-----

Tal como referimos antes, entendemos a mesma coisa quando referem a senhora empresária nazarena que ganhou o prémio de doçaria... Gostávamos ainda de perguntar:-----

- 1- Qual o programa cultural da responsabilidade da autarquia para os próximos meses?-----
- 2 - O que é feito do Conselho Municipal da Cultura? -----

OBRAS PÚBLICAS E EQUIPAMENTOS

1- Para quando a instalação do Tribunal na Casa da Câmara na Pederneira? -----

Lembramos que foi anunciado instalar até ao final do ano 2020. -----

2 - Como está a situação do prédio devoluto na mesma praça e que também nos foi referido aqui, há algum tempo, que estava próxima a resolução da situação?-----

PROTECÇÃO CIVIL

1- Gostávamos de ser esclarecidos sobre se o gabinete de protecção civil que foi montado no espaço da Galeria Paul Girol se é a título provisório ou definitivo?-----

2- Mais um ataque à cultura? -----

3- Porque não ocupar algum dos espaços das Antigas Escolas Primárias do Sítio para alojar um verdadeiro posto de comando centralizado para a gestão das operações da protecção civil do concelho? -----

Lembramos que já há anos que defendemos ser aquele, na nossa opinião, o melhor local para a implantação de uma unidade que agregue os Serviços Municipais de Protecção Civil do concelho.”-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte, no uso da palavra, referiu que sobre a cultura e património, considera nada existir de relevante, mesmo com a existência desta crise pandémica, face à existência de grandes artistas na Nazaré; sobre o premio ganho pela nazarena Silvina Moreira, não compreende e questiona a sua existência nesta relação de atividades desenvolvida, pretende mais informação sobre os computadores a disponibilizar aos alunos das escolas e na área da higiene e limpeza, pretendeu que se sensibilize a população quanto ao uso das mascaras higiénicas projetadas para o chão, sugerindo a colocação de pequenos contentores na via pública para a sua dejeção; pretendeu clarificar se existiu algum acidente com as vacinas recebidas pela Câmara para a vacinação anti gripe, pretendeu saber o ponto da situação quanto à situação ocorrida na praia do Norte, aquandoda ocorrência das ondas grandes. -----

O Senhor José Sales referiu-se a dois pontos que considera importantes de serem esclarecidos,



quanto a trabalho sindical efetuado na Câmara Municipal, por trabalhador da Câmara Municipal. Disse ser uma questão muito controversa, e o que o Presidente da Câmara fez, foi uma questão de gestão; sobre o dia em que ocorreram as ondas grandes, verificou existir um rigoroso plano de segurança, tendo-se verificado uma enchente de populares para assistir, que ninguém estaria à espera.-----

O Senhor Milton Estrelinha lembrou que houve um alerta para a população quanto à recolha de máscaras.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que existe uma campanha quanto à recolha de mascaras. Houve um dispositivo reforçado para eventuais constrangimentos nas ondas grandes, nunca se prevendo que houvesse tal afluência, principalmente de estrangeiros, a esta atividade não organizada.-----

Sobre a questão dos terrenos, disse ter havido um erro da APA, sendo a Câmara apenas um intermediário na informação; não foi desmantelada qualquer galeria de arte, estando a ser usada com outro fim, apenas neste período de pandemia; sobre a nazarena incluída na informação apenas se pretendeu dar relevo àqueles que utilizam boas práticas, não houve qualquer problema com vacinação, pois a Câmara da Nazaré não recebeu quaisquer vacinas, tal como os outros restantes Municípios, apenas tendo disponibilizado espaço para a sua administração.-----

Sobre o Festival de Jazz, é apoiado pelo Município e lembrou que anteriormente uma força política criticou o porquê da Feira do Livro não vir referenciada nas atividades do Município.---

Sobre o Tribunal, aguarda-se o envio de documentação por parte do IPTED para que se possa avançar com o processo.-----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira esclareceu que, do ponto de vista cultural, não se pretende provocar o caos nesta situação tão difícil que percorremos, tendo ocorrido várias atividades

culturais que não têm tido assistência e informou que têm sido dados apoios a atividades culturais levadas a efeito por artistas nazarenos.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO 2021 E RESPETIVOS ANEXOS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO 2021 E RESPETIVOS ANEXOS – (apreciação e votação)

O Senhor João Paulo Delgado, efetuou apresentou questões sobre os seguintes temas:-----

“ORÇAMENTOS e PLANOS

Em primeiro lugar gostaríamos de perguntar:-----

- Como é que foram analisadas as propostas da CDU enviadas no âmbito da reunião ao abrigo do Estatuto Direito de Oposição? Foram consideradas? Não foram? Se sim, quais foram? - Contemplaram a nossa proposta de inscrever no Orçamento de 2021 os eventuais custos de reversão da privatização da parte superior da Pedralva? Não temos informações de nada!!! “-----

O Senhor Joaquim Pequicho referiu que no presente documento em apreciação verifica-se uma grande ausência perante a pandemia que esta a ocorrer, não existindo uma estratégia para recuperar a nossa economia e vida social.-----

O Senhor José Sales pretendeu contrapor a posição do Senhor Joaquim Pequicho, recordando a obra estrutural que é o Novo Centro de Saúde e o abate verificado na dívida da autarquia e apoio às populações com os abatimentos efetuados pelo Município, em seu apoio.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que há um conjunto de propostas apresentadas pela CDU, e não só, que se está a implementar, pretendendo-se atacar essa questão, nesta proposta de orçamento.-----

O Senhor João Paulo Delgado questionou se existe algum regulamento separado relativo ao Fundo de Emergência de Apoio ao Associativismo e se foi analisada proposta concreta da CDU



para inclusão de verbas no orçamento de eventuais verbas para acautelar o processo de reversão de privatização da Pedralva.-----

Continuo a sua intervenção, lendo documento que se transcreve:-----“

Falar destes documentos, referentes aos orçamentos da CMN e SMN, é o mesmo que dizer que eles apenas aparecem porque é obrigatório que assim seja, porque de realidade orçamental, ou perto disso, continuam a não ter nada! São apenas tratados como uma mera formalidade! -----

Não precisávamos dos orçamentos apresentados pelos executivos do PS, para confirmar aquilo que sempre temos afirmado: - entre os executivos do PS e os anteriores do PSD não há diferenças no modo de governar a autarquia nazarena. Ambos querem parecer ricos à força! -----

Aceitamos que se sintam melindrados quando fazemos esta afirmação. Mas ela está bem fundamentada e documentada! Por isso a mantemos! Ela baseia-se nos imensos documentos de entidades insuspeitas que vão aparecendo, indicando as anomalias que aqui se tentam esconder e negar. -----

A título de exemplo, recomendamos a leitura do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2019, saído no mês passado, aí confirmarão facilmente que as mais de trinta vezes que a Nazaré aparece ali documentada, não é pelas melhores razões. E acreditem ou não, as análises às contas e os gráficos apresentados já são todos do tempo deste executivo PS, incluindo algumas análises feitas já contemplando o recebimento do empréstimo do FAM. -----

Quando acabarem de ler a informação financeira da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), recomendamos também a leitura do Parecer Prévio do FAM, onde é feita a análise a este orçamento e onde são realçados os cuidados e os alertas daquela entidade, perante valores que são colocados em orçamento sem forma de se comprovar a sua realização, empurrando para o futuro ainda maiores dificuldades para todos. Isso mesmo é afirmado e confirmado pela OCC nas

contas de anos passados e já antes analisadas. Perante isto, quem somos nós para falar tecnicamente dos orçamentos!-----

Lamentavelmente estamos a ver o mesmo filme outra vez. Antes acontecia esta "esperteza" para se esconder a dívida entretanto contraída, aumentando-se o valor de receita que se sabia nunca ser recebida. E agora será para quê? Deixamos à consideração da fiscalização do FAM e da IGF! -----

Lembram-se onde nós já vimos este tipo de procedimentos? Foi nos mandatos do PSD! -----

Compreendemos que se revoltem e não concordem que se fale disto aqui. Mas nós entendemos que é aqui e não nas redes sociais que a política tem que ser exercida. Não é com fotografias, ou com floreados bonitos para adoçar a amarga realidade que todos os nazarenos sentem na pele cada vez que lhes aparecem os impostos para pagar pelas taxas máximas, ou simplesmente quando recebem mensalmente a sua factura da Água, Saneamento e RSU que também assusta e penaliza, mais ainda quando existe falta de sensibilidade social em tempos de pandemia. Quando se dá um reбуçado em Março, Abril e Maio e se castiga em Julho, Agosto e Setembro, pela incompetência e incapacidade de análise, com facturas a dobrar no mesmo mês aos utentes.-----

Muito mais haveria a falar dos documentos que estão em apreciação. Lembramos as nossas propostas, que foram enviadas ao executivo aquando da obrigatória reunião com a oposição, mas que não tiveram acolhimento nos documentos.-----

Lembramos também os requerimentos enviados pelos membros da CDU à Mesa da AMN, tendo em vista sabermos a que se devia a alteração proposta nas Normas de Execução do Orçamento (NEO) da CMN, de retirada das alíneas do artigo 18v., que indicavam a obrigatoriedade de serem presentes a esta AMN as listagens com os Compromissos Plurianuais em execução em cada momento da realização das sessões ordinárias, como preconizavam as anteriores NEO da CMN, que, aliás, se mantêm no entanto ainda nas NEO dos Serviços Municipalizados da Nazaré. -----

Nas respostas obtidas da Mesa, aceitámos as propostas que nos foram enviadas de que haverá,



para futuro, uma listagem, que será presente em todas as sessões ordinárias da AMN e onde constarão todos os Compromissos Plurianuais no momento das referidas sessões.-----

Por isso registamos a aceitação dessa indicação dos Serviços e da Mesa da AMN sem a necessidade, que entendemos não se verificar, de as propormos para votação da AMN. -----

Registamos assim as respostas enviadas e vamos aguardar pela melhoria dos serviços de apoio à Mesa que todos tentamos atingir.”-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que irá ser presente à reunião de Câmara um regulamento de candidaturas do fundo de emergência social, que clarificará este processo de candidatura. -----

Informou que foram solicitados a redução e diminuição das taxas do IMI, IRS e Derrama, não tendo sido obtida resposta positiva, assim como da redução do valor da dívida e os financiamentos que têm ocorrido.-----

Deliberado, por maioria aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, oito votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e uma abstenção do Senhor Vítor Manuel Parreira. -----

A Senhora Telma Ferreira, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Orçamento e o Plano de Atividades são os documentos mais relevantes na relação estabelecida pelas autarquias com os seus eleitores. O Plano é o principal documento de uma autarquia. Um Orçamento não é apenas o equilíbrio entre receitas e despesas, é um documento das prioridades políticas de cada executivo. -----

O Bloco de Esquerda vota contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano, não apenas porque o Orçamento está sujeito a um parecer prévio da direção executiva do FAM (Fundo de Apoio Municipal), que põe em causa a autonomia das autarquias e é mais um instrumento para subtrair recursos à administração local, mas também pelo facto do executivo em causa, ao longo

do seu exercício, não ter tido como prioridades a participação cidadã na vida local, a promoção da transparência e liberdade políticas e, em particular, pela falta de cumprimento para com os direitos dos seus trabalhadores. -----

No atual contexto de pandemia, o Bloco de Esquerda partilhou, com o executivo do Partido Socialista, várias propostas de reforço autárquico e apresentou na Assembleia Municipal uma recomendação para a atribuição automática da Tarifa Social da Água. A recomendação foi aprovada por unanimidade, mas não está prevista a sua concretização.-----

Achamos ser uma medida fundamental de apoio à população mais carenciada, que muitas vezes não é contemplada com este apoio por razões burocráticas. As dificuldades vão aumentar e as medidas de apoio social previstas a nível nacional vão deixar muitas pessoas para trás.-----

Para o Bloco de Esquerda a automatização da Tarifa Social da Água devia estar contemplada neste Orçamento.”-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Os membros da Assembleia Municipal da Nazaré, eleitos pelas listas do Partido Socialista votam favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal da Nazaré e, em igual sentido, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos dos seus Serviços Municipalizados para o exercício económico do ano de 2021, por considerar estes um conjunto de documentos orçamentais e previsionais que evidenciam o rigor e a transparência exigida num Município que tem de assegurar, simultaneamente, compromissos de amortização de dívida, o cumprimento de investimento público possível às populações do concelho tal como os compromissos essenciais ao normal funcionamento desta organização. -----

O Grupo Municipal do PS acredita que, o executivo socialista, gostaria que estes fossem um conjunto de documentos capazes de incorporar mais investimento em obras públicas, contudo é notório que registam, na sua plenitude, uma visão ambiciosa e estratégica com a projeção de metas mais elevadas do que se haviam registado há anos atrás. -----



Por outro lado, destacamos o apoio espelhado no Fundo de Emergência Municipal para atenuar as dificuldades dos munícipes e das empresas sediadas no concelho, num momento tão difícil como este que atravessamos. Não duvidem, também a este nível, que os eleitos do Partido Socialista – em todos os órgãos – gostariam que este apoio fosse mais substantivo e expressivo contudo existe a necessidade de cumprir os compromissos financeiros previamente assumidos, sem – logicamente – esquecer, a necessidade de melhorar quotidianamente as condições prestadas à população do nosso concelho. -----

O PS, e os seus eleitos, continuarão a cumprir a matriz programática apresentada e sufragada pelos munícipes nos últimos atos eleitorais, onde este conjunto de documentos evidencia, de forma clara, os pilares que concretizam o projeto socialista.”-----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Se colocássemos aqui o que escrevemos na declaração de voto que emitimos no ano passado, estaríamos completamente certos que não se achariam diferenças, dado que o que ali referíamos sobre os documentos previsionais continua correcto e em sintonia com o que é referido tanto pela Direcção Executiva do FAM no parecer prévio emitido, como pela SROC que presta serviços ao município e que deve ter cada vez mais dificuldades em empurrar para a frente os problemas há muito identificados e nunca mais resolvidos pelo executivo. -----

Em português corrente, o que aquelas entidades enunciam, com os termos técnicos habituais sobre os documentos previsionais da CMN e SMN é igual a dizer-se que: isto continua sem rei nem roque! Ou seja: para o executivo municipal da Nazaré o orçamento é uma mera ferramenta obrigatória que não merece qualquer cumprimento nem acerto governativo com o que lá está

escrito. Para confirmar o que dizemos, basta ver-se a habitual e crónica baixíssima execução orçamental conseguida até aqui.-----

Ao contrário do executivo do PS, para nós, CDU, os orçamentos públicos são um instrumento disciplinador das finanças públicas e são uma ferramenta de controle e um documento com previsão de metas sociais a serem alcançadas. Nada disso aqui vemos. -----

Mais uma vez, escusamo-nos a falar aqui de números. Porque de números e dos orçamentos melhor falam os técnicos que já referimos antes. E esses são arrasadores, relativamente ao que referem nos pareceres emitidos sobre estes documentos previsionais que lhes foram enviados. Aliás, remetemos exactamente para esses pareceres e suas conclusões a posição de voto que aqui assumimos. Isto, pelas imensas dúvidas, e pelas certezas, dissipadas naquele parecer prévio do FAM, mas, também, pelos nossos receios de que estes orçamentos nos irão conduzir a mais criação de dívida, e, conseqüentemente, de mais dificuldades futuras e prolongadas por gerações. Preferíamos falar das acções políticas que estes planos deviam encerrar, mas também elas não são as que melhor defendem as populações do nosso concelho. Ao manifestarem a retirada de valores substanciais de algumas obras e atirando-se para a frente a conclusão ou início de outras, e isto vem acontecendo ano após ano, aqui fica a prova provada de que este executivo navega sem rumo certo e só ao sabor da maré.-----

A população do concelho precisa de mais acção concreta e de menos folclore político. Assumindo-se que o que é referido pelos pareceres técnicos é o que deveria acontecer para que as coisas fossem legais, o contrário é o que irá ser feito por este executivo que habitualmente não ouve ninguém, nem procede conforme a Lei, como o comprovaram já algumas decisões de tribunais e outros órgãos centrais de fiscalização.-----

O tempo dará mais uma vez razão à CDU quanto ao modus operandi que este executivo utiliza para levar a cabo a concretização de objectivos pessoais. No entanto, para a maioria da população cada vez mais atolada em graves problemas sociais, esse tempo, poderá ser muito



tempo até que seja parado este tipo de governação autoritária e de uma prepotência que só poderá ser aceite, se for, pelos que dependem de favores concedidos.-----

Num momento de extremas dificuldades para todos, estes orçamentos e as GOP registam um mínimo de apoios sociais concretos relativamente à pandemia de COVID19.-----

A desculpa, real e já conhecida, de que não se podem baixar impostos, não pode invalidar a luta por melhores apoios e condições a oferecer às instituições da sociedade civil e às que apoiam os mais desfavorecidos. Mais agora que se prevê num futuro próximo que o aumento de necessidades galgue para números medonhos. Se o aumento orçamentado é para os apoios sociais e ao tecido económico local, então é pouco.-----

A população da Nazaré, que já paga, e pagará durante muitos mais anos, os impostos, as taxas e os preços pelo factor máximo legal, não pode ser mais prejudicada pela inacção do executivo que não projecta e não prevê o que pode fazer para diminuir os problemas que também ajudou a criar por essa Inércia.-----

Os eleitos pela CDU da Nazaré, conscientes das suas responsabilidades, enviaram para o executivo, na reunião que aconteceu a 23 de Novembro ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, um pacote de medidas que pretendíamos ver discutidas e contempladas no orçamento, pois todas iam ao encontro de necessidades reais. Como habitualmente, esta reunião só serve para o executivo "cumprir calendário", nunca contemplando concretamente as propostas da oposição.-----

No entanto, alguma coisa faz, mesmo à pressa, quando reconhece que as ideias propostas até são favoráveis a mais publicidade ao executivo e às criações que faz suas.-----

Importa ainda registar que, em nosso entender, estamos em crer que o aumento do valor do orçamento para 2021, relativamente ao ano 2020, acontece para esconder mais dívida entretanto

contraída. Lembramo-nos bem dos procedimentos contabilísticos que sempre aconteceram por aqui ao longo dos anos e que levaram ao valor de dívida conhecido. -----

A dança dos números, que habilmente se manipulam de rubricas para rubricas, de modo a dar o resultado certo que se pretende atingir, já não engana ninguém. E isso ficou bem patente no parecer prévio do FAM e nas recomendações lá emitidas. -----

Resta-nos a esperança que alguém fiscalize o que aqui se passa e que coloque fim a este tipo de governo esbanjador de recursos financeiros de largas centenas de milhares de euros anuais em actividades de propaganda, que não deixam assim tanta riqueza na terra como se afirma. Basta analisar o valor da derrama recebida. A contrário, não responde aos anseios da população, que castiga com a manutenção, por mais anos do que devia, dos custos de bens essenciais e de impostos e taxas no máximo, só porque não quer gerir com a intenção de poupar, como lhe é recomendado, para assim poder baixar o valor da dívida para os valores que permitem essa possibilidade legal. Isto está tudo bem patente no parecer do FAM. -----

Pelos efeitos que os orçamentos e GOP apresentados irão provocar nas populações e na economia local, tal como já se evidenciam eventuais situações de alarme da situação financeira, pós empréstimo do FAM, e em razão do que nos foi apresentado nos documentos exibidos neste ponto, não podemos votar de outra forma que não seja contra.”-----

3.PROPOSTA LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – ANO 2021 – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente informou que em sede da Comissão Permanente, foi deliberado, que os assuntos n.ºs 3, 4, 5 e 6, seriam apreciados em conjunto e votados em separado.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte referiu-se ao elevado valor no máximo das taxas a pagar pelos contribuintes e não ser possível o seu abaixamento deu a nota de que especialmente neste período pandémico que estamos a atravessar seria de canalizar o valor que o Município está a receber a mais nestes impostos, para ajudar as famílias mais desfavorecidas, bem como se efetuar



uma revisão em baixa aos valores que os Municípios estão a pagar nos seus impostos pelo coeficiente do zonamento, isto por força das imposições do FAM.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Executivo solicitou sempre a redução dos impostos pretendendo aliviar o peso dos impostos nos Municípios. Os serviços de Ação Social do Município têm feito um grande trabalho de apoio aos mais desfavorecidos, em articulação com as Juntas de Freguesia, nomeadamente a da Nazaré com a Loja Social. -----

Sobre a questão do coeficiente do Zonamento, informou que é uma matéria que é revista de três em três anos, tendo a Câmara votado contra ,não tendo conseguido a aprovação da alteração, não descurando a situação.-----

Deliberado, por maioria aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela ABSTENÇÃO, nos pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Por mais vezes que o executivo municipal queira usar estes impostos para vir dizer à AMN que pediu autorização ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) para os baixar, mas que não foi autorizado, é a manifestação propagandística de um tremendo fingimento que traz a esta AMN e que tenta passar para a população como realidade possível, pois da maneira que o faz sabe de antemão que tal nunca será autorizado pois vai contra o contrato que ele próprio, executivo, assinou.-----

Todos sabemos que é impossível fazer baixar estes tipos de impostos enquanto a autarquia estiver endividada como está e sem que da parte do executivo, (do coitadinho executivo que não tem culpa nenhuma de coisa alguma que se passe por aqui), venha a vontade e o cuidado de ir

poupanço para fazer chegar a dívida ao valor que permitirá então legalmente baixá-los. Essa poupança é referida e indicada pela direcção do FAM neste parecer.-----

A oposição, e principalmente a CDU que ainda nunca foi governo nesta terra, é que são os maiores culpados de todos os anteriores problemas locais e também pelos actuais mais de 7 anos de governação do partido socialista, que se não fosse ter ido à boleia dos apoios nacionais e europeus a projectos autárquicos e do pedido de empréstimos ATU e ao FAM, nada teria conseguido fazer nos seus mandatos.-----

O executivo não tem culpa sequer de lhe ter calhado este problema que, parece agora, ou faz crer, que desconhecia. Foi até este executivo quem anunciou ter a forma de os resolver e apresentou-a a sufrágio antes da sua primeira eleição, não se lembram? Eles eram malas cheias de dólares da América e do Canadá, eram russos cheios de dinheiro que estavam sinalizados para milhões em investimentos locais. Eles eram obras megalómanas para a zona de S. Gião e do Salgado, com protótipos quase extraterrestres e cartas de conforto emitidas e tudo, e tudo, e tudo! Disseram até que nem era preciso assinar nenhum PAEL. Que nunca o fariam! Nem queriam ouvir falar disso! Por isso não o assinaram não foi? Ah! Assinaram! Pois assinaram! -----

Vale que, como sempre afirmámos e deixámos registado, esse PAEL nunca viria para a Nazaré pela forma enganadora como estava elaborado toda o processo. E não veio! Mas o tal PS das malas cheias de dólares pediu-o assim que chegou ao governo local.-----

Enfim, têm-se salvado a nado, pelo canhão, com as ajudas que vão aparecendo.-----

Tal como o canhão tem muita água, este executivo tem muita lábia, mas também mete muita água. Basta ver a quantidade de problemas que este executivo originou e que têm levaram a autarquia a tribunal. Vamos esperar que as sentenças não ditem mais dívida indemnizatória para todos pagarmos, além da que já pagámos pelos custos de todos os processos que originou. Lembramos que essa possibilidade já está, essa sim, sinalizada, no empréstimo do FAM, para possíveis



contingências dos processos em tribunal, em mais de 3 milhões de euros, caso a autarquia perca as acções que lhe foram movidas.-----

Mas são os maiores, querem ser sempre os maiores, nem que seja a ludibriar a população com estas tentativas vergonhosas de fazer crer que querem baixar os impostos directos, quando sabem de antemão, e pela forma como o fazem, que nunca será possível.-----

Se têm tanta vontade de baixar encargos à população, coloquem os vossos esforços no abaixamento até ao mínimo possível e antes de haver prejuízo, dos valores dos bens essenciais que vendem à população e que cobram mensalmente. Ponham os olhos em outras autarquias bem próximas, que compram da mesma água que nós e a vendem mais barato à população. Isso sim é que era demonstrativo de acção convergente com a defesa da população e dos comerciantes e empresários locais, ainda mais nesta hora de aperto generalizado provocado peia Pandemia. ----

Vamos esperar a ver se algo acontece neste domínio.-----

E se algo acontecer neste sentido, podem dizer que é uma acção do executivo para ajuda a todos.

Não só não nos importamos, como valorizaremos e apoiaremos.-----

Está visto que a nossa abstenção é aqui exercida, porque votando de outra forma iríamos contra o contrato assinado com o FAM, e isso não fazemos.”-----

4. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO 2021 – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela ABSTENÇÃO, nos pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Por mais vezes que o executivo municipal queira usar estes impostos para vir dizer à AMN que pediu autorização ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) para os baixar, mas que não foi autorizado, é a manifestação propagandística de um tremendo fingimento que traz a esta AMN e que tenta passar para a população como realidade possível, pois da maneira que o faz sabe de antemão que tal nunca será autorizado pois vai contra o contrato que ele próprio, executivo, assinou.-----

Todos sabemos que é impossível fazer baixar estes tipos de impostos enquanto a autarquia estiver endividada como está e sem que da parte do executivo, (do coitadinho executivo que não tem culpa nenhuma de coisa alguma que se passe por aqui), venha a vontade e o cuidado de ir poupando para fazer chegar a dívida ao valor que permitirá então legalmente baixá-los. Essa poupança é referida e indicada pela direcção do FAM neste parecer.-----

A oposição, e principalmente a CDU que ainda nunca foi governo nesta terra, é que são os maiores culpados de todos os anteriores problemas locais e também pelos actuais mais de 7 anos de governação do partido socialista, que se não fosse ter ido à boleia dos apoios nacionais e europeus a projectos autárquicos e do pedido de empréstimos ATU e ao FAM, nada teria conseguido fazer nos seus mandatos.-----

O executivo não tem culpa sequer de lhe ter calhado este problema que, parece agora, ou faz crer, que desconhecia. Foi até este executivo quem anunciou ter a forma de os resolver e apresentou-a a sufrágio antes da sua primeira eleição, não se lembram? Eles eram malas cheias de dólares da América e do Canadá, eram russos cheios de dinheiro que estavam sinalizados para milhões em investimentos locais. Eles eram obras megalómanas para a zona de S. Gião e do Salgado, com protótipos quase extraterrestres e cartas de conforto emitidas e tudo, e tudo, e tudo! Disseram até que nem era preciso assinar nenhum PAEL. Que nunca o fariam! Nem queriam ouvir falar disso! Por isso não o assinaram não foi? Ah! Assinaram! Pois assinaram! -----



Vale que, como sempre afirmámos e deixámos registado, esse PAEL nunca viria para a Nazaré pela forma enganadora como estava elaborado toda o processo. E não veio! Mas o tal PS das malas cheias de dólares pediu-o assim que chegou ao governo local.-----

Enfim, têm-se salvado a nado, pelo canhão, com as ajudas que vão aparecendo.-----

Tal como o canhão tem muita água, este executivo tem muita lábia, mas também mete muita água.

Basta ver a quantidade de problemas que este executivo originou e que têm levaram a autarquia a tribunal. Vamos esperar que as sentenças não ditem mais dívida indemnizatória para todos pagarmos, além da que já pagámos pelos custos de todos os processos que originou. Lembramos que essa possibilidade já está, essa sim, sinalizada, no empréstimo do FAM, para possíveis contingências dos processos em tribunal, em mais de 3 milhões de euros, caso a autarquia perca as acções que lhe foram movidas.-----

Mas são os maiores, querem ser sempre os maiores, nem que seja a ludibriar a população com estas tentativas vergonhosas de fazer crer que querem baixar os impostos directos, quando sabem de antemão, e pela forma como o fazem, que nunca será possível.-----

Se têm tanta vontade de baixar encargos à população, coloquem os vossos esforços no abaixamento até ao mínimo possível e antes de haver prejuízo, dos valores dos bens essenciais que vendem à população e que cobram mensalmente. Ponham os olhos em outras autarquias bem próximas, que compram da mesma água que nós e a vendem mais barato à população. Isso sim é que era demonstrativo de acção convergente com a defesa da população e dos comerciantes e empresários locais, ainda mais nesta hora de aperto generalizado provocado peia Pandemia. ----

Vamos esperar a ver se algo acontece neste domínio.-----

E se algo acontecer neste sentido, podem dizer que é uma acção do executivo para ajuda a todos.

Não só não nos importamos, como valorizaremos e apoiaremos.-----

Está visto que a nossa abstenção é aqui exercida, porque votando de outra forma iríamos contra o contrato assinado com o FAM, e isso não fazemos.”-----

5.PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO 2021 – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela ABSTENÇÃO, nos pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Por mais vezes que o executivo municipal queira usar estes impostos para vir dizer à AMN que pediu autorização ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) para os baixar, mas que não foi autorizado, é a manifestação propagandística de um tremendo fingimento que traz a esta AMN e que tenta passar para a população como realidade possível, pois da maneira que o faz sabe de antemão que tal nunca será autorizado pois vai contra o contrato que ele próprio, executivo, assinou.-----

Todos sabemos que é impossível fazer baixar estes tipos de impostos enquanto a autarquia estiver endividada como está e sem que da parte do executivo, (do coitadinho executivo que não tem culpa nenhuma de coisa alguma que se passe por aqui), venha a vontade e o cuidado de ir poupando para fazer chegar a dívida ao valor que permitirá então legalmente baixá-los. Essa poupança é referida e indicada pela direcção do FAM neste parecer.-----

A oposição, e principalmente a CDU que ainda nunca foi governo nesta terra, é que são os maiores culpados de todos os anteriores problemas locais e também pelos actuais mais de 7 anos de governação do partido socialista, que se não fosse ter ido à boleia dos apoios nacionais e europeus a projectos autárquicos e do pedido de empréstimos ATU e ao FAM, nada teria



conseguido fazer nos seus mandatos.-----

O executivo não tem culpa sequer de lhe ter calhado este problema que, parece agora, ou faz crer, que desconhecia. Foi até este executivo quem anunciou ter a forma de os resolver e apresentou-a a sufrágio antes da sua primeira eleição, não se lembram? Eles eram malas cheias de dólares da América e do Canadá, eram russos cheios de dinheiro que estavam sinalizados para milhões em investimentos locais. Eles eram obras megalómanas para a zona de S. Gião e do Salgado, com protótipos quase extraterrestres e cartas de conforto emitidas e tudo, e tudo, e tudo! Disseram até que nem era preciso assinar nenhum PAEL. Que nunca o fariam! Nem queriam ouvir falar disso! Por isso não o assinaram não foi? Ah! Assinaram! Pois assinaram! -----

Vale que, como sempre afirmámos e deixámos registado, esse PAEL nunca viria para a Nazaré pela forma enganadora como estava elaborado toda o processo. E não veio! Mas o tal PS das malas cheias de dólares pediu-o assim que chegou ao governo local.-----

Enfim, têm-se salvado a nado, pelo canhão, com as ajudas que vão aparecendo.-----

Tal como o canhão tem muita água, este executivo tem muita lábia, mas também mete muita água. Basta ver a quantidade de problemas que este executivo originou e que têm levaram a autarquia a tribunal. Vamos esperar que as sentenças não ditem mais dívida indemnizatória para todos pagarmos, além da que já pagámos pelos custos de todos os processos que originou. Lembramos que essa possibilidade já está, essa sim, sinalizada, no empréstimo do FAM, para possíveis contingências dos processos em tribunal, em mais de 3 milhões de euros, caso a autarquia perca as acções que lhe foram movidas.-----

Mas são os maiores, querem ser sempre os maiores, nem que seja a ludibriar a população com estas tentativas vergonhosas de fazer crer que querem baixar os impostos directos, quando sabem de antemão, e pela forma como o fazem, que nunca será possível.-----

*Se têm tanta vontade de baixar encargos à população, coloquem os vossos esforços no abaixamento até ao mínimo possível e antes de haver prejuízo, dos valores dos bens essenciais que vendem à população e que cobram mensalmente. Ponham os olhos em outras autarquias bem próximas, que compram da mesma água que nós e a vendem mais barato à população. Isso sim é que era demonstrativo de acção convergente com a defesa da população e dos comerciantes e empresários locais, ainda mais nesta hora de aperto generalizado provocado peia Pandemia. ----
Vamos esperar a ver se algo acontece neste domínio.-----*

E se algo acontecer neste sentido, podem dizer que é uma acção do executivo para ajuda a todos. Não só não nos importamos, como valorizaremos e apoiaremos.-----

Está visto que a nossa abstenção é aqui exercida, porque votando de outra forma iríamos contra o contrato assinado com o FAM, e isso não fazemos.”-----

6.PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANO 2021 – (apreciação e votação)

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

7.ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ORGÂNICO E ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

A Senhora Maria de Fátima Duarte questionou a causa desta alteração e como irá funcionar. ----

O Senhor Presidente da Câmara informou que se trata de uma modificação administrativa, proposta pelos próprios sérvios, garantindo um melhor racionamento dos recursos, mormente com um Gabinete de Aprovisionamento.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

8.CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA – CARsurf – (apreciação e votação)



O Senhor Presidente informou que os pontos 8, 9, 10, 11 e 12 serão discutidos em conjunto e votados separadamente.-----

A Senhora Telma Ferreira ausentou-se momentaneamente dos trabalhos.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte disse que esta passagem de competências esvazia a responsabilidade da Câmara e desta forma as ações não serão fiscalizadas pela Assembleia Municipal, sendo fundamental que estes contratos fossem acompanhados de parecer do Tribunal de Contas, visto serem geridos por não eleitos.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que não há esvaziamento de competências e o Tribunal de Contas há já muito tempo que não apresenta questões.-----

O Senhor João Paulo Delgado questionou se os pontos 9 e 18 não são contraditórios.-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse que a Câmara deveria solicitar ao Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio, de modo a evitar este procedimento de desagregação de valores e não apenas dar conhecimento àquela entidade devendo existir boas práticas de gestão.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não pode impor ao Tribunal de Contas a emissão de pareceres. Não há ilegalidades nestes procedimentos, cumprindo-se rigorosamente a Lei do Tribunal de Contas.-----

A solicitação do Presidente da Câmara a Dra. Helena Pola disse haver dois tipos de fiscalização a prévia – feita de acordo com os valores articulados pela Lei do Orçamento de Estado, que à data são 350.000 euros e a concomitante, que é exercida durante o contrato.-----

O Senhor Joaquim Pequicho referiu que apenas pretende a clarificação das questões.-----

Deliberado, por maioria aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, e oito votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária.-----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 8 a

12 inclusive, da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Continuadamente e de forma igual, vêm apresentando, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Empresa Municipal Nazaré Qualifica (NO-EM) para deliberação da AMN. A única diferença encontrada é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 163.999,94 Euros. Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa 1.039.496,88 Euros.-----

Sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação dos mesmos, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NO-EM, mas sim pela forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, quando está a ser confirmada essa má gestão pelos resultados operacionais negativos conhecidos e pelos empréstimos, entretanto já contraídos, eventualmente para resolver par-te dessa má gestão. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver.-----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NO-EM existir! Pelo contrário, o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém, apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envoltimentos financeiros que eles escondem, mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programa. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programa continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas. -----



Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores. -----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição nesta AM, e, muito menos, para a população.-----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram, dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa. -----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.”-----

Sendo meia-noite o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia quanto à continuidade ou não, dos trabalhos da Assembleia, sendo deliberado, por unanimidade, dar continuidade aos mesmos. -----

9.CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA – CULTURA E EVENTOS – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, e oito votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 8 a 12 inclusive, da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Continuadamente e de forma igual, vêm apresentando, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Empresa Municipal Nazaré Qualifica (NO-EM) para deliberação da AMN. A única diferença encontrada é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 163.999,94 Euros.

Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa 1.039.496,88 Euros.-----

Sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação dos mesmos, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NO-EM, mas sim pela forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, quando está a ser confirmada essa má gestão pelos resultados operacionais negativos conhecidos e pelos empréstimos, entretanto já contraídos, eventualmente para resolver par-te dessa má gestão. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver.-----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NO-EM existir! Pelo contrário, o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém, apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimentos financeiros que eles escondem,



mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programa. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programa continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas.-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores.-----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição nesta AM, e, muito menos, para a população.-----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram, dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa.-----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.-----

10.CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA – TRANSPORTES – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, e oito votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 8 a 12 inclusive, da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Continuadamente e de forma igual, vêm apresentando, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Empresa Municipal Nazaré Qualifica (NO-EM) para deliberação da AMN. A única diferença encontrada é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 163.999,94 Euros. Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa 1.039.496,88 Euros.-----

Sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação dos mesmos, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NO-EM, mas sim pela forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, quando está a ser confirmada essa má gestão pelos resultados operacionais negativos conhecidos e pelos empréstimos, entretanto já contraídos, eventualmente para resolver par-te dessa má gestão. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver.-----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NO-EM existir! Pelo contrário, o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém, apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimento financeiros que eles escondem,



mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programa. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programa continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas.-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores.-----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição nesta AM, e, muito menos, para a população.-----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram, dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa.-----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.-----

11.CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA – R.S.U. – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, e oito votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 8 a 12 inclusive, da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Continuadamente e de forma igual, vêm apresentando, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Empresa Municipal Nazaré Qualifica (NO-EM) para deliberação da AMN. A única diferença encontrada é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 163.999,94 Euros. Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa 1.039.496,88 Euros.-----

Sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação dos mesmos, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NO-EM, mas sim pela forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, quando está a ser confirmada essa má gestão pelos resultados operacionais negativos conhecidos e pelos empréstimos, entretanto já contraídos, eventualmente para resolver par-te dessa má gestão. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver.-----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NO-EM existir! Pelo contrário, o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém, apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimento financeiros que eles escondem,



mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programa. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programa continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas.-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores.-----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição nesta AM, e, muito menos, para a população.-----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram, dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa.-----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.”-----

12. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA – SANEAMENTO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, e oito votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 8 a 12 inclusive, da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Continuadamente e de forma igual, vêm apresentando, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Empresa Municipal Nazaré Qualifica (NO-EM) para deliberação da AMN. A única diferença encontrada é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 163.999,94 Euros.

Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa 1.039.496,88 Euros.-----

Sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação dos mesmos, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NO-EM, mas sim pela forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, quando está a ser confirmada essa má gestão pelos resultados operacionais negativos conhecidos e pelos empréstimos, entretanto já contraídos, eventualmente para resolver par-te dessa má gestão. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver.-----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NO-EM existir! Pelo contrário, o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém, apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimento financeiros que eles escondem,



mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programa. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programa continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas.-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores.-----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição nesta AM, e, muito menos, para a população.-----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram, dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa.-----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.”-----

A Senhora Telma Ferreira retomou os trabalhos.-----

13.PROJETO DE REGULAMENTO DE TRÂNSITO NO CONCELHO DA NAZARÉ – FIM DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com vinte e dois votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. --

14.PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL COM ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS – (apreciação e votação)

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

15.RLCTMN – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (ISENÇÕES) – ATLETAS VENCEDORES DOS PRÉMIOS WSL – XXL AWARDS – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com vinte e dois votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária.--

16.EMPREITADA DE INTERFACE DE TRANSPORTES PÚBLICOS – AVENIDA DO MUNICÍPIO – ASSUNÇÃO COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com vinte e dois votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária.--

17.ESTATUTO DE INTERESSE MUNICIPAL – EXPOSIÇÃO DE EMBARCAÇÕES NO AREAL – PROPOSTA – (apreciação e votação)

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a declaração de voto que se transcreve. -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste ponto 17 da ordem de trabalhos, mas deixa registado para constar em acta o seguinte: -----

Votamos favoravelmente a classificação deste conjunto de embarcações tradicionais da Nazaré que passam a ser património de interesse municipal, pois honram a riqueza da nossa tradição na construção naval adaptada às condições do nosso mar e artes utilizadas.-----

No entanto, não deixaremos de registar que a exposição no areal deste conjunto de embarcações, que se degradam a cada dia que passa, diverge da opinião da CDU por considerarmos que elas



não deveriam significar uma memória estática, mas sim uma realidade viva e presente para utilização pelas camadas mais jovens da nossa comunidade, como por exemplo os nossos alunos, para que estes possam experienciar o que é navegar a remos naquele tipo de embarcações que, eventualmente, foi utilizada por alguns antepassados seus. -----

Tal como nos Açores os botes baleeiros significam uma memória viva, com permanente utilização dessas embarcações em diversas regatas, à vela ou a remos, com centenas de jovens Açorianos, também por cá poderiam ser utilizadas com o mesmo fim.”-----

18.PROPOSTA DE CESSAÇÃO DO CONTRATO – PROGRAMA DE GESTÃO DO CINE-TEATRO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com vinte e dois votos a favor do Partido Socialista Partido Social Democrata e Bloco de esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. ---

19.MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente da Câmara informou que houve um aliviar das competências que estavam delegadas, por dificuldades de execução pela Junta de Freguesia, tendo sido retiradas. -----

Deliberado, por maioria, aprovar com vinte e um votos a favor do Partido Socialista e Partido Social Democrata e três abstenções da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. ----

20.RELATÓRIO E CONTAS 1.º SEMESTRE 2020 – DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, quatro abstenções do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e quatro votos contra da Coligação Democrática Unitária e Senhores Belmiro da Fonte e Maria de Fátima Duarte. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 20 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Continuamos a receber documentos contabilísticos que, tal como os restantes, vêm gravados em modo imagem, com má qualidade, não deixando qualquer margem para pesquisas individualizadas de gráficos ou de quadros, de números ou palavras, já para não falarmos na impossibilidade de qualquer das palavras colocadas nestes documentos oficiais ser impossível de extrair ou de ser pesquisável na Internet. -----

Esperamos que a proposta aprovada hoje, venha travar este tipo de procedimentos.-----

Dos documentos apresentados já existem conclusões a reter, e elas são as que geralmente vêm sido apontadas pela CDU e pelas entidades oficiais e particulares que analisam melhor estes documentos.-----

Difícilmente a execução orçamental ficará perto dos 85 % exigidos como mínimo para o exercício em análise.-----

As dificuldades das empresas e das famílias delas dependentes espelham-se na colecta de Derrama que baixa drasticamente.-----

Não se vêem ou reconhecem aqui os apoios prometidos pelo executivo, nem conseguimos encontrar valores de custos que justifiquem alguns apoios.-----

Por muitos outros mais factores que poderíamos aqui colocar, mas que não o faremos até termos as contas definitivas do exercício, a CDU vota contra as contas do primeiro semestre da CMN e dos SMN, servindo esta declaração de voto para ambos os pontos.”-----

21.RELATÓRIO E CONTAS 1.º SEMESTRE 2020 – DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

A Senhora Maria de Fátima Duarte solicitou informação sobre o resultado negativo dos Serviços Municipalizados.-----

O Dr. Cláudio Varela, dos Serviços Municipalizados, forneceu uma explicação técnica sobre o



assunto, devendo-se a entrada de menos receitas e alguns aumentos em fornecimentos externos, nomeadamente no combata à doença do COVID 19.-----

O Dr. Paulo Silva, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas prestou igualmente informação técnica, pensando que o 2.º semestre apresentará melhores resultados.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e oito votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e a abstenção do Bloco de Esquerda. -----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 21 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Continuamos a receber documentos contabilísticos que, tal como os restantes, vêm gravados em modo imagem, com má qualidade, não deixando qualquer margem para pesquisas individualizadas de gráficos ou de quadros, de números ou palavras, já para não falarmos na impossibilidade de qualquer das palavras colocadas nestes documentos oficiais ser impossível de extrair ou de ser pesquisável na Internet. -----

Esperamos que a proposta aprovada hoje, venha travar este tipo de procedimentos.-----

Dos documentos apresentados já existem conclusões a reter, e elas são as que geralmente vêm sido apontadas pela CDU e pelas entidades oficiais e particulares que analisam melhor estes documentos.-----

Difícilmente a execução orçamental ficará perto dos 85 % exigidos como mínimo para o exercício em análise. -----

As dificuldades das empresas e das famílias delas dependentes espelham-se na colecta de Derrama que baixa drasticamente. -----

Não se vêem ou reconhecem aqui os apoios prometidos pelo executivo, nem conseguimos

encontrar valores de custos que justifiquem alguns apoios.-----

Por muitos outros mais factores que poderíamos aqui colocar, mas que não o faremos até termos as contas definitivas do exercício, a CDU vota contra as contas do primeiro semestre da CMN e dos SMN, servindo esta declaração de voto para ambos os pontos.”-----

22. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – (conhecimento)

O Senhor Presidente da Assembleia informou que por lapso, este assunto foi enviado à Assembleia para apreciação e votação, quando se destina unicamente para conhecimento. -----

O Senhor João Paulo Delgado efectuou a seguinte intervenção: -----

“Pelos 52 famílias da Nazaré, pelas 14 de Famalicão, pelas 28 do Valado dos Frades, reconhecidas no documento como vivendo em condições indignas, mas também por todas as outras ainda não identificadas, e que não têm as condições de habitabilidade que todos gostaríamos que tivessem, que a CDU apoia a implementação deste procedimento e da estratégia aqui apresentada. Não temos conhecimento se este processo teve a discussão e abrangência de opiniões que são sempre salutares neste tipo de procedimentos, ou se foi apenas feita pela entidade que está assinalada nos documentos, contando com o acompanhamento da Câmara. Era importante saber-se? -----

Também alguns dados de consulta que serviram para análise já têm alguns anos e poderão estar desactualizados. -----

Nesse sentido, propomos que, logo que possível, e com base no que está feito, se possa proceder a uma actualização das condições de outras famílias, nomeadamente as que possam ser afectadas por despedimentos ou diminuição dos seus rendimentos, resultantes da pandemia de COVID19 e que fiquem à mercê de despejos. Há que ter em conta não só o passado e as condições à data de elaboração deste documento, mas também o futuro próximo que se antevê de grandes dificuldades. Quanto ao modelo de gestão proposto: vamos seguindo o que é prometido e verificar, a todo o tempo, e até 2025, como referem, a implementação do projecto no terreno.



Evidenciamos ainda o valor orçado de mais de 7 milhões de euros para criação de condições de habitabilidade condigna das 94 famílias contabilizadas. Desejamos que o cumpram com rigor dado o valor em causa. -----

Lembramos que esta era uma das nossas prioridades, habitação social, não só para os mais necessitados, como para os jovens que pretendem comprar uma habitação, mas que, devido aos custos inflacionados aqui praticados, não o podem fazer. -----

Para esses jovens também tem que haver algum cuidado na oferta municipal, criando-se condições para possibilitar a implementação em terrenos públicos de zonas de construção a custos controlados, de maneira a que eles possam comprar a sua parcela de terreno e construir segundo projecto comum a analisar e desenvolver pela autarquia. Novos bairros nas freguesias e lugares onde seja possível criar esses espaços é igual a dizer que se mantem mais juventude no concelho e, assim, haverá mais renovação demográfica e geracional. -----

Mais uma vez lembramos e deixamos esta nossa proposta.”-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse ser bem vinda este tipo de habitação, devido à especulação imobiliária existente e questionou se haverão intervenções com os novos desafios da coesão social.-----

A Senhora Vereadora Regina Piedade forneceu os tópicos que irão ser utilizados nestes processos, como se poderá verificar com a consulta ao documento. Disse ser um trabalho efetuado em muitas frentes, com as diversas situações existentes.-----

Tomado conhecimento. -----

23.RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GABINETE DE PLANEAMENTO E ANÁLISE DE INTERVENÇÃO SOCIAL – GPAIS, DE 1 DE JANEIRO A 15 DE SETEMBRO DE 2020 – (conhecimento)

O Senhor Presidente informou que a Comissão Permanente deliberou que desde este ponto, até ao ponto trigésimo sétimo, os assuntos fossem apreciados em conjunto.-----

Tomado conhecimento. -----

24.RELATÓRIO DE CONTAS 1.º SEMESTRE 2020 – NAZARÉ QUALIFICA, EM UNIPESSOAL, LDA – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----

25.ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2021 –NAZARÉ QUALIFICA, EM – UNIPESSOAL, LDA – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----

26.ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS – ANOS DE 2020, 2021 E 2022 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----

27.AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL – ANOS 2021 E 2022 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----

28.AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ADAPTADO (CIRCUITO ESPECIAL) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----

29.PROPOSTA SAE-UIS – ASSISTENTE OPERACIONAL – COZINHEIRA – ASSUNÇÃO COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----

30.RECOLHA RH'S – ASSUNÇÃO COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)

Tomado conhecimento. -----



**31.RECOLHA SPOA M1 – ASSUNÇÃO COMPROMISSOS PLURIANUAIS –
(conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**32.ALUGUER DE CONTENTORES – CEMITÉRIO - – ASSUNÇÃO COMPROMISSOS
PLURIANUAIS – (conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**33.ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR – ASSUNÇÃO COMPROMISSOS PLURIANUAIS –
(conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**34.ANÁLISES QUALIDADE ÁGUA DO MAR – PLURIANUAIS – ASSUNÇÃO
COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**35.LIGAÇÃO À CENTRAL DE ALARME E MANUTENÇÃO DOS ALARMES INSTALADOS
NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS –
(conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**36.DESINFEÇÃO E DESINFESTAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – ASSUNÇÃO
COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**37.MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
– ASSUNÇÃO COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (conhecimento)**

Tomado conhecimento. -----

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA
ASSIM O DETERMINAR**

